



Comissão de Pregão III

DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 121/2022

Processo Licitatório nº: 22.071/2021

Processo de Recurso nº: 21.354/2022

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 121/2022

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SERVIÇOS DE CRIAÇÃO, MANUTENÇÃO E HOSPEDAGEM DE WEBSITE E DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DE APLICATIVO UTILITÁRIO PARA DISPOSITIVOS MÓVEIS, COM O OBJETIVO DE ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E MARKETING DA CIDADE.

RECORRENTE: ATILE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EIRELI

RECORRIDO: PREGOEIRA

Trata-se de **RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto pela empresa, **ATILE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EIRELI**, por meio de seu representante legal, com espeque no art. 4º, inciso XVIII, da Lei nº 10.520/2002 e no Decreto nº 1024/2019, subsidiados pela Lei nº 8.666/93, em face de ato administrativo praticado pela **PREGOEIRA** da Comissão de Pregão III, no Edital Pregão Eletrônico nº 121/2022.

Em tempo, informamos que esta Pregoeira e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 350 de 17 de fevereiro de 2022, publicada no Diário Oficial do Município de Nova



Comissão de Pregão III

Friburgo em 22 de fevereiro de 2022, que constitui a Comissão de Pregão III, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

I. DAS PRELIMINARES

Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento ao recurso, reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de recurso.

II. DOS FATOS

Conforme dados disponibilizados na Ata de Realização do Pregão Eletrônico - Licitação nº 121/2022 e documentos acostados ao processo, verifica-se que:

Às 10:10 horas do dia 22 de julho de 2022, reuniram-se a Pregoeira Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal Portaria 350 de 22/02/2022, em atendimento às disposições contidas na Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e no Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, referente ao Processo nº 22.071/2021, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão nº 121/2022. Modo de disputa: Aberto/Fechado. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA especializada para serviços de criação, manutenção e hospedagem de website e desenvolvimento e manutenção de aplicativo utilitário para dispositivos móveis, com o objetivo de atender às necessidades da secretaria municipal de turismo e marketing da cidade. A Pregoeira abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

Às 10:38:32 do dia 04/08/2022 foi reaberto o prazo para que qualquer licitante manifestasse, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, conforme consta no item 20.1 do Edital nº 121/2022;



Comissão de Pregão III

Foram registradas quatro intenções de recursos, as quais foram aceitas pela pregoeira, que solicitou a apresentação de motivos, fundamentação e provas para as alegações apresentadas;

A empresa **ATILE SERVICOS ADMINISTRATIVOS EIRELI**, apresentou o recurso para o Grupo 01 em 09/08/2022.

A empresa **GG MARKETING, PROMOÇÕES E PUBLICIDADE LTDA** apresentou Contrarrazões para o Grupo 01.

III. DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE

Alega a RECORRENTE, em síntese, que:

“Os atestados apresentados não são compatíveis com objeto da licitação, nenhum dos atestados atende satisfatoriamente o que determina o item 21.1 do edital:”

“...não atenderam as regras entabuladas no instrumento convocatório, visto que embora tenham apresentado CARTÃO DE CNPJ e CONTRATO SOCIAL devidamente expedido pelo órgão competente, estes são, em verdade, incompatíveis com o objeto desta licitação.”

“Em desacordo ao Edital, conforme segue que está empresa GG Marketing Promoções e Publicidade Ltda encontra se com a certidão de FGTS vencida nesta data, assim como Balanço Patrimonial na data do certame. Portanto julgo que a mesma, mesmo estando agora com sua documentação válida, no momento do pregão e habilitação, como reza a lei e roga no edital, estava/está inadequada.”



Comissão de Pregão III

IV. DAS ALEGAÇÕES EM SEDE DE CONTRARRAÇÕES

Alega a **RECORRIDA**, em síntese, que:

“Ao contrário do que informado pelo Recorrente, todos os documentos apresentados pelo Recorrido foram devidamente apresentados no momento de qualificação técnico profissional, de forma a demonstrar que atua na área de design, marketing, hospedagem de sites, bem como manipulação de dados virtuais, como é o caso da manutenção de aplicativos em dispositivos móveis.”

“Não obstante, foram apresentados, além dos atestados de capacidade técnica, contratos de prestação de serviços firmados com empresas de grande porte, como é o caso da Autotrac, que comprovam sobremaneira a experiência do Recorrido para prestar os serviços exigidos por esta Administração Pública. “

“Não obstante, o prazo de 5 (cinco) dias concedido ao licitante para complementação dos documentos de cunho fiscal e trabalhista, como é o caso das certidões de FGTS, está devidamente previsto no art. 43 da Lei Complementar 123/2006...”

V. DA ANÁLISE

Imperioso ressaltar que todos os julgados da administração pública estão embasados nos princípios insculpidos no art. 3º da Lei nº 8.666/93, conforme segue:

“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.”



Comissão de Pregão III

Ressalte-se que tal disposição é corroborada pelo disposto no Decreto 10.024/2019:

“Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos.”

Dito isso, passa-se a análise do mérito do recurso interposto pela empresa **ATILE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EIRELI**

Inicialmente cumpre destacar que esta pregoeira diligenciou a Procuradoria Geral do Município, tendo em vista tratar-se de questões jurídicas, na forma que dispõe o item 28.5 do edital, diante das alegações trazidas.

Após análise das alegações da recorrente, a Procuradoria Geral do Município resumidamente opinou:

“Acerca da certidão negativa, prevista no item 19 do edital, que trata da regularidade fiscal e trabalhista, cabível a aplicação do art. 43, §1º da LC n. 123/06.”

“Pelo exposto, se os documentos apresentados posteriormente pela recorrida atestam a sua condição de habilitação preexistente à abertura da sessão pública, s.m.j., seria possível a apresentação em sede de diligência, em consonância com a mens legislatoris prevista no art. 43, § 3º da Lei 8.666/93 e no art. 64 da Lei 14.133/21, e com entendimento jurisprudencial atual do Tribunal de Contas da União.”



Comissão de Pregão III

“...o que deve ser avaliado pela Administração é se o particular atua na área do objeto licitado. A existência de previsão, ainda que genérica, compatível a atividade licitada, é suficiente para atender os requisitos de habilitação jurídica impostos pela Lei de Licitações, que tem como seus princípios basilares o da ampla concorrência.”

VI. DA DECISÃO DO PREGOEIRO

Isto posto, com fulcro no art. 17, inciso VII, do Decreto Federal n.º 10.024/2019, e art. 17, inciso VII, do Decreto Municipal n.º 599/2020, subsidiada pelo parecer jurídico da Procuradoria Geral do Município (documento em anexo), sem nada mais evocar, **CONHEÇO** do Recurso Administrativo interposto pela empresa **ATILE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EIRELI** no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 121/2022, e no mérito, **NEGO PROVIMENTO**, pela alteração do julgamento anteriormente proferido, **MANTENDO** habilitada a empresa **GG MARKETING, PROMOÇÕES E PUBLICIDADE LTDA** no pregão em comento.

Diante do não provimento do recurso interposto, encaminho o presente processo para decisão, pela autoridade superior, de recurso administrativo de licitação do pregão, na forma eletrônica, Nº 121/2022.

Informamos que esta decisão será publicada na íntegra em <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/> e seu extrato em <http://www.comprasnet.gov.br>.

Nova Friburgo, 26 de agosto de 2022.

ELIZA SOUZA MACHADO
Pregoeira – Comissão de Pregão III
Matricula: 106.380